

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO nº \_\_\_\_\_ 2020**  
**(Da Bancada do PSOL na Câmara)**

*Requer do Ministro Interino da Saúde, Sr. Eduardo Pazuello, informações referentes à conduta omissiva do Ministério da Saúde no episódio da menina capixaba de dez anos vítima de estupro e que encontrou dificuldades para realização do aborto legal no SUS, bem como sobre as manifestações contrárias ao aborto legal por parte de dirigente deste Ministério.*

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 50, §2ª da Constituição Federal, combinado com os Artigos 115, I e 116, do Regimento Interno, requeremos informações do Sr. Ministro de Estado da Saúde em exercício, nos seguintes termos:

1. Quando o Ministério tomou conhecimento da tentativa de acesso ao serviço de aborto legal da menina de 10 anos, da cidade de São Mateus-ES, na rede pública da capital Vitória, fato amplamente noticiado pela imprensa brasileira?
2. Tendo tido conhecimento do caso, o Ministério tomou alguma providência para orientar a família da criança vítima, os profissionais de saúde ou dirigentes dos hospitais de referência?
3. Por que razões de ordem técnica o Ministério da Saúde não participou sequer da logística de transferência da criança para Pernambuco?
  - a. O Ministério entende que não é competência do governo federal atuar nesses casos?

- b. Existem razões de ordem política ou de consciência individual que explicam a omissão do Ministério nessa logística de transferência ou em qualquer outra etapa envolvendo o caso?
- 4. A que se deve o absoluto silêncio do Secretário Raphael Câmara Medeiros Parente sobre o episódio?
  - a. O Secretário apresentou formalmente, em algum momento dos últimos dias, objeção de consciência sobre o fato?
    - i. Se o fez, que outro servidor ou servidora da Secretaria de Atenção Básica ou área técnica da Saúde da Mulher atuou no acompanhamento do caso? Se houve, que tipo de acompanhamento foi esse?
- 5. O Ministério acompanhou, assessorou, orientou de alguma forma as manifestações de outros agentes do governo alheios à gestão da Saúde?
  - a. A Ministra da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos, Damares Alves, foi procurada pelo Ministério da Saúde em algum momento para tratar do caso em particular? E o contrário?
  - b. A Ministra Damares recebeu alguma orientação do Ministério da Saúde para procurar a família da vítima?
    - i. Se não recebeu, o Ministério teve conhecimento da abordagem do MMFDH e/ou grupos religiosos que procuraram a avó da criança em nome da Ministra Damares?
    - ii. O Ministério da Saúde tem ciência do tipo de abordagem adotada por esse grupo sobre a avó da vítima?
    - iii. Se tem ciência, a atual gestão do Ministério da Saúde compartilha desse tipo de intervenção e pressão psicológica sobre vítimas de estupro para que mantenham a gestação decorrente da violência sexual?
- 6. O Ministério confirma que o direito ao aborto legal no Brasil é uma

questão de saúde pública?

- a. Considerando as manifestações individuais do Secretário Raphael Parente, em direção oposta a este enunciado, quais implicações o Ministério considera que pode haver no cumprimento das normas do próprio Ministério sobre aborto legal?
7. Em sua rede social (Twitter) o coordenador-geral de Gestão de Projetos de Saúde Digital do Ministério, Sr. Allan Quadro Garcês, afirma que o aborto legal é um caso emblemático de disputa ideológica entre direita e esquerda e que a “verdadeira vítima” é o feto, em absoluta discrepância com o acúmulo histórico do Ministério a que serve.
  - a. A atual gestão do Ministério compartilha dessa opinião?
  - b. O Sr. Allan Garcês será advertido por essa postagem perante a Comissão de Ética?
  - c. Se não será, por que avaliação técnica da Comissão de Ética não se aplica advertência ao servidor?

### JUSTIFICATIVA

Recebemos com indignação, apesar de nenhum espanto, a notícia da manifestação pública do Sr. Allan Quadro Garcês, militar da reserva e atual coordenador-geral de Gestão de Projetos de Saúde Digital do Ministério da Saúde, que tornou objeto de excessiva politização eleitoral o caso dramático de uma criança capixaba de dez anos de idade que teve de interromper gestação resultante de estupro, direito a ela garantido por lei.

A menina teve atendimento negado no Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (Hucam), mesmo após autorização judicial, e teve de realizar o procedimento em clínica quase 2 mil quilômetros distante da sua cidade de origem, tendo sido hostilizada e obrigada a se esconder, até mesmo em porta

malas de um carro, das agressões de muitos daqueles que partilham da mesma opinião do Sr. Allan Garcês.

Um dia após a realização do aborto legal, em Recife, diante da comoção pública que tomou o país, o referido gestor postou em rede social mensagem com o seguinte conteúdo “[este é] um caso emblemático entre Esquerda X Direita. A Direita é CONTRA o aborto, pois é uma VIDA. Já a Esquerda é a FAVOR, pune o inocente, a verdadeira vítima. A decisão cabe na palma da mão, de quem mata”<sup>1</sup>, além de outras postagens que reforçavam o mesmo argumento.

Lembramos este Ministério que, recentemente, a Bancada do PSOL recebeu resposta a requerimento de informações (RIC 600/2020)<sup>2</sup> em que questionávamos o Ministro Eduardo Pazuello, entre outros assuntos, também sobre a continuidade dos serviços de aborto legal e políticas de direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e meninas no atual governo.

Em sua resposta, nos termos do Art. 50 §2º da Constituição Federal, que impõe crime de responsabilidade à prestação de informações falsas a esse tipo de requerimento, o Ministério declara que: não discorda da OMS acerca da essencialidade dos serviços de saúde reprodutiva; orienta os municípios a não interromperem fluxos de atendimento; não houve alteração técnica na capacitação de profissionais da área; repudia correntes de desinformação; acata integralmente tanto o Código Penal quanto a jurisprudência do STF no que diz respeito ao direito ao aborto legal; não houve alteração no planejamento de aquisição de contraceptivos em decorrência da pandemia; reivindica e defende a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM); estão sendo desenvolvidas ações no âmbito do projeto ApiceOn para qualificar hospitais universitários para atender vítimas de violência sexual e casos de aborto legal; obedece aos comandos da Portaria 528/2013, que define regras para habilitação e funcionamento dos Serviços de Atenção Integral às Pessoas em Situação de

<sup>1</sup> Disponível em: <https://twitter.com/AllanGarcs1/status/1295324044942880769>

<sup>2</sup>

Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1917812&filename=Tramitacao-RIC+600/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1917812&filename=Tramitacao-RIC+600/2020)

Violência Sexual no âmbito do SUS, e da Portaria 2415/2014, que inclui o procedimento Atendimento Multiprofissional para Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual na Tabela SUS.

Desse modo, todas essas declarações oficiais do Ministério da Saúde devem ser confrontadas com a manifestação pública do Sr. Garcês, principalmente porque não se trata de um servidor comum, mas de um quadro comissionado da cúpula dirigente da pasta.

Além disso, é necessário ressaltar que, conforme advertências que o próprio Ministério da Saúde enviou a seus servidores, por meio de sua Comissão de Ética, *“Quem vê seu perfil ou posts nas redes sociais, seja no WhatsApp, Facebook, Twitter e outras, está vendo também os comentários, fotos e informações de um **agente público**. As redes sociais são ferramentas muito úteis e práticas, mas devem ser usadas com cuidado”*. Assim, o Ministério precisa responder à sociedade se esta advertência, que alerta também que *“os fatos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional”* se aplicam aos dirigentes militares ou apenas aos civis que cumprem a lei.

Apesar da insistência do Ministério em negar o óbvio, é patente que existe perseguição e, no mínimo, um constrangimento de servidores das áreas técnicas que tratam de temas sobre os quais o governo Bolsonaro apresenta posição antagônica, sempre motivado por um debate politizado e eleitoral.

Este é o caso da área de Saúde da Mulher, onde diversos servidores foram silenciados e outros, exonerados, por cumprirem a lei. Ou seja, por descreverem em nota o que determinam a legislação brasileira (felizmente ainda não alterada pelo governo Bolsonaro) e um conjunto de normas técnicas da pasta<sup>3</sup>.

Agrava esse fato a constatação de que a Secretaria de Atenção Primária da Saúde, sob direção do Sr. Raphael Câmara Medeiros Parente, nomeado logo após as exonerações de que tratamos acima, permaneceu omissa em todo esse episódio sobre o qual o coordenador do Ministério se manifestou politicamente<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> A motivação dessas exonerações também são objeto do RIC 600/2020, da bancada do PSOL.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/08/com-integrantes-contrarios-ao->



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade  
Assessoria Técnica

Apresentação: 21/08/2020 11:30 - Mesa

**RIC n.1039/2020**

Frise-se, ainda, que o aborto legal – que se tornou um martírio para uma criança de dez anos de idade – somente aconteceu por ação das secretarias de saúde dos estados do Espírito Santo e Pernambuco, e por acompanhamento do Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Judiciário.

Registre-se, ainda, a ativa participação do Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos na publicização e exposição do caso, fato este que também deve ser esclarecido.

Por todo o exposto, com o intuito de que sejam fornecidas ao Poder Legislativo, com a urgência devida, as informações necessárias acerca dos fatos e denúncias aqui reproduzidas, apresentamos este requerimento, que deve ser respondido pelos dirigentes do Ministério e sua Comissão de Ética, em última análise, pelo próprio Ministro de Estado, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Sala das Sessões,                      de agosto de 2020.

**Sâmia Bomfim**  
**Líder do PSOL**

**Edmilson Rodrigues**  
**PSOL/PA**

**Marcelo Freixo**  
**PSOL/RJ**

**Fernanda Melchionna**  
**PSOL/RS**

**Áurea Carolina**  
**PSOL/MG**

[aborto-ministerio-da-saude-se-omite-e-silencia-em-caso-de-menina-estuprada.shtml?  
utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwa](https://www.aborto-ministerio-da-saude-se-omite-e-silencia-em-caso-de-menina-estuprada.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa)

Documento eletrônico assinado por Sâmia Bomfim (PSOL/SP), através do ponto SDR\_56391, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade  
Assessoria Técnica

**David Miranda**  
**PSOL/RJ**

**Glauber Braga**  
**PSOL/RJ**

**Ivan Valente**  
**PSOL/SP**

**Luiza Erundina**  
**PSOL/SP**

**Talíria Petrone**  
**PSOL/RJ**

Apresentação: 21/08/2020 11:30 - Mesa

**RIC n.1039/2020**

Documento eletrônico assinado por Sâmia Bomfim (PSOL/SP), através do ponto SDR\_56391, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

